



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## *21 a 24 de maio | 2019*

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

### **O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DE APLICAÇÃO BRASILEIRAS<sup>1</sup>**

*Wilson Raimundo de Oliveira (UFMA)<sup>2</sup>-*

*wilsondasapucaia@gmail.com*

*Samuel Luis Velázquez Castellanos (UFMA)<sup>3</sup>-*

*samuel@ufma.br*

#### **RESUMO**

Neste trabalho, investiga-se o processo de criação e funcionamento das Escolas de Aplicação no Brasil, recortando-se o período de 1948 (ano de inauguração da primeira instituição dessa natureza, no Rio de Janeiro) a 1968, quando foi criado e instalado o Colégio de Aplicação do Maranhão, esticando-se a delimitação temporal até o ano de 1980 para abarcar a primeira fase da história deste último. Objetiva-se analisar a inserção social dessas escolas, com foco para o Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão. Apresenta-se a caracterização histórica dessas escolas, a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas nos últimos anos, como resultado do estado da arte elaborado sobre as escolas de aplicação brasileiras. O critério de escolha adotado foi o enquadramento teórico na abordagem da História Cultural. Nos trabalhos consultados foram identificadas e analisadas as principais categorias, tais como: cultura escolar (JULIA, 2001; VIÑAO FRAGO, 2001; FORQUIN, 1993) e capital cultural (BOURDIEU, 2007). Na sequência, contextualiza-se a criação e estruturação do Colégio Universitário de São Luís (1968-1980), que coincide com a origem da própria Universidade Federal do Maranhão, em 1966. Problematiza-se sobre a identidade dessa instituição escolar que, tendo nascido com caráter propedêutico, incorporou as funções de campo de estágio docente e de certificação de habilitações profissionais em meados dos anos 1970, por força da legislação que regulava seu funcionamento. Nesse contexto, desencadeou-se a “crise de identidade” que resultou na sua reestruturação sendo transferido para a periferia da cidade, especificamente no Bairro Vila Palmeira, em 1980; fato que demarca o início de um novo ciclo na história da instituição.

**Palavras-chave:** Escolas de Aplicação. Colégio Universitário. Cultura Escolar. Maranhão.

<sup>1</sup> Este texto é decorrente da pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, a qual se realiza junto ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras - NEDHEL.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão

<sup>3</sup> Doutor em Educação e professor orientador no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão.



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os Colégios de Aplicação<sup>4</sup> (antigos Ginásios) tiveram sua origem ligada ao movimento da escola nova. Os escolanovistas brasileiros, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, defendiam um novo modelo de educação pautado na centralidade do aluno e, portanto, no rompimento com os métodos tradicionais (MOVIMENTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932). Estes educadores postulavam ainda a ampliação da educação obrigatória, de caráter laico e público. Em outras palavras, pretendiam trazer para a nação uma nova concepção de escola, seguindo teorias importadas da Europa e dos Estados Unidos, onde laboratórios de pesquisas educacionais difundiam novas orientações para a formação de professores. Por isso, esses intelectuais (que inclusive tinham influência sobre a legislação educacional brasileira) idealizaram as escolas de aplicação, as quais foram criadas pelo Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, estabelecendo-se no seu artigo 1º, que: “as Faculdades de Filosofia Federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática” (BRASIL, 1946, p.3693). Dessa forma, percebemos que a implantação dos Ginásios de Aplicação das Faculdades Federais de Filosofia, conforme previsto pelo referido Decreto-Lei, visava incrementar a formação de professores dotados de uma nova mentalidade educacional: mais pragmáticos; voltados ao cultivo de novas metodologias de ensino; defensores das ideias dos pensadores escolanovistas. Neste mesmo espírito foi forjado o Decreto-Lei nº 9.092, de 26 de março de 1946, no qual se exigia no artigo 4º, parágrafo 1º que, “para [se] obter o diploma de licenciado, os alunos do quarto ano [receberiam] formação didática, teórica e prática, no ginásio de aplicação e [seriam] obrigados a um curso de psicologia aplicada à educação” (BRASIL, 1946, p.4565). A concepção pedagógica que orientou a criação dessas

---

<sup>4</sup> É importante destacar que já haviam sido implantadas escolas dessa natureza em períodos anteriores: as Escolas Modelos anexas às Escolas Normais, que funcionavam como espaço para o tirocínio das estudantes normalistas. No Maranhão, temos o exemplo da Escola Modelo Benedito Leite, criada em 1896, a partir da Lei nº. 155, destinando-se à formação pedagógica de meninos e meninas entre 6 e 12 anos de idade e como campo de estágio para as(os) alunas (os) da Escola Normal (CASTELLANOS, 2007; SILVA, 2017). Por outro lado, de acordo com Saldanha (2009, p. 127), apesar de ter sido criada em 1896, a escola só foi inaugurada em 1900, “quando o governo do Estado (José Tomás de Poreciúncula) pôde, enfim, equipá-la [...] Caracterizava-se [como] elitista, [...] chegou a ter aulas de francês e professores de piano. Seu curso, [a princípio] com duração de sete anos, [foi] reduzido a seis em 1906 [e em 1926, a 5 anos]” (SILVA, 2011).



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## *21 a 24 de maio | 2019*

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

escolas, filiada ao pensamento escolanovista, apostava na instauração de centros de referência na formação de professores, principalmente para o ensino secundário, pois este vinha crescendo significativamente com a criação dos ginásios públicos e particulares e era necessário fortalecer as políticas voltadas para a preparação de professores que atuassem nesse nível de ensino. Esse crescimento estava relacionado com as medidas adotadas por Gustavo Capanema na reforma que concretizou como ministro da Educação e saúde no governo de Getúlio Vargas, na qual, organiza o sistema educacional brasileiro de forma que correspondesse com a divisão da sociedade em classes ou em categorias sociais, de modo que os níveis e modalidades do ensino (primário, secundário, superior, profissional ou feminino) fossem oferecidos de acordo com o papel que se esperava de cada uma dessas classes ou categorias (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001).

Aos que concluíssem o ensino primário na reforma Capanema lhes restavam, as seguintes alternativas: o ingresso no ensino secundário, controlado por exigentes critérios de qualificação ou a matrícula em algum estabelecimento de ensino médio profissionalizante: aos primeiros, lhes estava reservado o ensino superior; aos últimos se lhes oferecia uma preparação para o trabalho nos setores agrícola, industrial, comercial etc. Como parte da qualificação exigida para o secundário, existiam os exames de admissão para os alunos e, a formação de professores diplomados em cursos de licenciatura, que geralmente ocorria nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das Universidades Federais. Nessa lógica, a ideia dos ginásios de aplicação ligados a essas faculdades vinha ao encontro do projeto dos “pioneiros da educação nova” de investir na formação de professores, para que estes educadores fossem capazes de formar uma juventude com espírito crítico que compusesse a nova intelectualidade brasileira.

Para alguns dos intelectuais ligados ao movimento da escola nova, a exemplo de Laerte Ramos de Carvalho, a multiplicação de ginásios oficiais e particulares colocava em risco a qualidade do ensino secundário, de tal forma que sua queda

[...] vinculava-se visceralmente a sua expansão, [ao criar-se] um número de vagas para o quadro do magistério secundário que excedia a capacidade do estado de fornecer pessoal qualificado, leia-se, formado pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ‘ou equivalentes’. O resultado era ‘o aproveitamento de pessoal sem nenhuma qualificação para os exercícios docentes’ (OESP, 17/8/1947), ato daninho, haja vista que ‘o problema fundamental do ensino secundário, não nos



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

cansamos de repeti-lo, é o da formação e recrutamento de nosso professorado' (OESP, 10/04/1948). (BONTEMPI JÚNIOR, 2006, p. 145).

Por trás dessa preocupação, escondia-se a intenção de reservar a uma elite cultural o acesso ao ensino superior e, com isso, preparar quadros para assumir a direção política e econômica do país por meio do exercício de funções burocráticas nas instituições públicas e privadas. O surgimento dos ginásios de aplicação enquadra-se nessa conjuntura de dualidade que diferenciava a formação intelectual destinada aos que pretendiam entrar na universidade e a formação profissional concebida para os filhos dos trabalhadores. Mas é necessário observar que a instalação dessas escolas ocorreu de forma lenta e pontual, conforme podemos verificar na seguinte tabela.

<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>ESCOLA/UNIVERSIDADE</b>
1948	Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1949	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia
1954	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais
1954	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1958	Ginásio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco
1959	Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
1961	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina
1963	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Pará
1965	Ginásio de Aplicação João XXIII da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora
1966	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás
<b>1968</b>	<b>Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão</b>

Para este trabalho, foram selecionadas seis pesquisas (quatro dissertações de mestrado e duas teses de doutorado), utilizando-se como critério o enquadramento das mesmas nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural. Um aspecto comum entre elas é que dão conta de Colégios caracterizados pela elitização, que geralmente atendem alunos de bairros situados nas áreas mais estruturadas das seguintes cidades: Rio de Janeiro (MARTINS, 2015), Florianópolis (ANDRADE, 2009; LUCIANO JÚNIOR, 2010), Porto Alegre (LIMA, 2016), Aracaju (NUNES, 2008) e São Paulo (GORDO, 2010). Nestes Colégios estudavam alunos pertencentes aos estratos superiores da sociedade, que tinham



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

acesso a bens culturais que os diferenciavam dos estudantes de outras escolas públicas e particulares. Em outras palavras, possuíam mais capital cultural nos seus três formatos: a) incorporado pelas disposições duráveis do organismo; b) apropriado pelo acesso a livros, obras de arte, produtos tecnológicos; e c) institucionalizado pela posse de certificados escolares e outras distinções simbólicas (BOURDIEU, 2007). Este conceito aparece ligado ao de cultura escolar, principal categoria trabalhada pelos autores, a qual é concebida como toda a vida de uma instituição educativa, incluindo-se os modos de experimentá-la, as visões de mundo, discursos e práticas (VIÑAO FRAGO, 2001), para além das normas que transmitem conhecimentos, incorporam comportamentos e definem condutas (JULIA, 2001). Entretanto, não é possível falarmos de uma cultura escolar única e sim de culturas escolares, produzidas por uma bricolagem em que cada escola recorta aqueles aspectos da cultura social que mais lhe interessam ou lhes é possível, e os submetem a um processo de recriação; isto é, por exemplo, o que acontece com as disciplinas escolares: longe de serem apenas adaptações das disciplinas acadêmicas, elas constituem saberes autônomos que têm na escola o seu lugar de produção (CHERVEL, 1993).

### **1.1 A Universidade Federal do Maranhão e o Colégio universitário**

No Maranhão, o surgimento de uma escola de aplicação coincide com a origem da Universidade Federal. Pela Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, a união assumiu o controle da antiga Universidade Católica e das Faculdades Federais de Direito, Odontologia e Farmácia, sendo instituída a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), no intuito de conduzir o processo de implantação e estruturação da nova universidade que deveria erigir-se como uma “instituição de ensino superior, de pesquisa e de estudo em todos os ramos do saber, visando, imediatamente, a contribuir para a solução de problemas regionais de natureza econômica, social e cultural” (BRASIL, 1966, p. 12206). Neste período, o país vivia os primeiros anos de uma ditadura civil-militar. A principal estratégia de legitimação do regime político consistia na difusão da ideologia desenvolvimentista, cujo porta-voz no Maranhão foi o governador José Sarney eleito em 1965. Nesse contexto, o governo estadual saudou a chegada da instituição, sobretudo porque “era plano do recém-instalado governo [de] recorrer



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

à universidade para a preparação de recursos humanos para preenchimento e expansão do seu quadro de pessoal” (PINTO, 1982, p.185).

Nos anos seguintes, novas unidades seriam acrescentadas a esta estrutura. Assim, no dia 20 de maio de 1968, pela Resolução nº 42 do Conselho Diretor da Fundação da Universidade Federal do Maranhão, foi criado o Colégio Universitário, cuja finalidade era:

a) [...] contribuir para a preparação de candidatos aos concursos de habilitação para o ingresso nos estabelecimentos de ensino superior; b) ministrar o ensino diversificado da 3ª série do 2º grau às diversas áreas; c) dar orientação adequada ao aluno para que este pudesse fazer opção profissional [...] O objetivo inicial era oferecer o ensino diversificado da 3ª série, do então Ensino Médio, nas áreas humanísticas, de saúde e tecnológica, a par da orientação profissional, dentro das diretrizes traçadas à época, para os Colégios de Aplicação. [...] Daí atender uma clientela constituída, em sua maioria, por filhos e parentes de servidores da UFMA. (Relatório do COLUN/UFMA, 1985, p.1).

Nessas diretrizes, percebe-se o caráter propedêutico que se imprimia ao Colégio no seu nascedouro, o que permite traçar uma continuidade no trajeto do ensino secundário brasileiro, destacando-se a existência de diferentes “tipos de ensino [...] para alunos provenientes de classes sociais diferentes” (NUNES, 1979, p.26), o que implica numa heterogeneidade das modalidades escolares que constituíram as escolas secundárias desde o alvorecer dos tempos republicanos. Destarte, é importante observar que a oferta do Ensino Médio no COLUN não começa pela primeira série, mas pela terceira, o que parece reforçar o perfil inicial de curso preparatório para selecionar os futuros estudantes de graduação da universidade recém-criada. Nesse sentido, algumas inquietações surgem dos fatos constatados: Por que os objetivos educacionais ligados à origem das escolas de aplicação não estão presentes na criação do COLUN? Existe uma identidade comum às diversas escolas de aplicação brasileiras? O que mudou na legislação referente a estas instituições?

Apesar de, inicialmente, haver uma obrigatoriedade legal, a criação de escolas de aplicação nas instituições federais de ensino superior não teve a solidez esperada. Nunca existiu uma padronização. “Na realidade, a natureza dos vínculos entre as instituições de ensino superior e suas escolas médias foi muito variável, bem como a estrutura proposta” (BRASIL, 1993, p.11). O Parecer nº 292/1962, do Conselho Federal de Educação, apontou a fragilidade dessas escolas no que diz respeito a sua principal função: a prática docente dos futuros professores, a qual deveria ser realizada nas escolas da comunidade. Com isso, tais



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

estabelecimentos escolares foram dispensados da obrigação de ser campo de estágio supervisionado para os candidatos ao magistério. Pelo referido parecer do conselheiro Valnir Chagas, procedeu-se a uma redefinição destas escolas, que passaram a ser consideradas como “centros de experimentação e demonstração.” Isso não impedia a prática do estágio docente, apenas desobrigava as universidades dessa função; mas continuaram surgindo alguns Colégios de Aplicação, principalmente nas Universidades Federais.

Caracterizadas como escolas, as escolas de aplicação se constituem campo de experimentação e pesquisa na área do ensino-aprendizagem, estimulando a melhoria do ensino, na medida em que o trabalho, que aí se desenvolve, implica fertilização pedagógica interna e externa, em função das relações de troca que se estabelecem, necessariamente com a comunidade educacional próxima. (BRASIL, 1993, p.12).

Estas características comuns apresentam configurações diferentes em cada caso e nem todas surgiram já com essa finalidade. A própria Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, das diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu no seu artigo 46, parágrafo 2°, que “a terceira série do ciclo colegial [seria] organizada com currículo diversificado que [visasse o] preparo dos alunos para os cursos superiores [...] podendo ser ministrada em Colégios Universitários”, e no artigo 79, parágrafo 3°, registra que “a universidade [podia] instituir Colégios Universitários destinados a ministrar o ensino da 3ª (terceira) série do ciclo colegial” (BRASIL, 1961). Com isso houve uma flexibilização que permitiu entender o surgimento do COLUN em 1968 com caráter preparatório para o concurso de habilitação ao ensino superior.

A escola sediada inicialmente no Palácio Cristo Rei, onde também estavam a reitoria e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, era dirigida pela professora Liene Sampaio Teixeira, docente da UFMA e lotada nesse prédio, que atuava na formação de professores tendo em vista que ali funcionavam os cursos de licenciatura; mas até 1972, manteve-se o foco na orientação dos candidatos aos cursos de graduação. Os estudantes do 3° ano colegial do COLUN nesse período cursaram disciplinas como Português, Matemática, Língua Estrangeira (Espanhol, Francês ou Inglês), Cultura Geral, Educação Moral e Cívica, organizadas em um tronco comum, e uma parte diversificada, de acordo com os interesses da área de formação escolhida para realizar o concurso de habilitação na universidade. Na área humanística as disciplinas de História do Brasil, História Geral, Filosofia, Sociologia, e Geografia; como também na área de saúde e tecnológica eram proporcionadas Física, Química, Biologia e Desenho.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

Somente com a reformulação do Regimento Interno, em 1972, determinou-se a ampliação da oferta para os três anos do então 2º grau e, o Colégio Universitário adaptou-se ao perfil de uma Escola de Aplicação, “transformando-se em campo de estágio, experimentação e aplicação da Faculdade de Educação” (SANTOS, 2004, p.61). Entretanto, é preciso, fazer a seguinte ponderação: apesar do vínculo do COLUN com a Faculdade de Educação, que aproximou a escola das características inerentes a outros Colégios desta natureza (segundo a constituição de um campo de estágio; a construção de um laboratório de experimentação de novas metodologias de ensino; a formação de um ambiente propício às pesquisas educacionais) e, da própria localização da instituição à época ao Palácio Cristo Rei (centro histórico de São Luís), onde estavam os cursos de licenciatura da UFMA, facilitando-se o intercâmbio com docentes e alunos da Faculdade de Educação; mesmo assim, tal adaptação regimental não impediu a permanência de um isolamento do Colégio em relação à sociedade, visto que por toda a década de 1970, prevaleceu a opção de priorizar para os filhos e parentes dos servidores as vagas discentes da instituição, o que implicava numa inevitável limitação da escola no que se refere a seu potencial investigativo, à capacidade de contribuir para a melhoria do ensino e às trocas mais significativas com a realidade social.

Além disso, a retirada das disciplinas de Filosofia e Sociologia<sup>5</sup> e a inserção de Organização Social e Política do Brasil demonstra o peso da ditadura civil-militar. Assim, a escola passou a ofertar um currículo centrado nas seguintes disciplinas: Português, Matemática, Língua Estrangeira, Organização Social e Política do Brasil, Física, Química, Biologia, História e Geografia. Em 1974, com sua primeira transferência para o campus universitário do Bacanga, novas mudanças atingiram o COLUN ao instalar-se no Centro de Estudos Básicos (CEB) e sofre modificações por força da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que profissionalizava o ensino secundário (BRASIL, 1971). Em consonância com esta lei, o COLUN oferecia, ao longo dos 3 anos do 2º grau, um núcleo comum (formado pelas disciplinas de Português, Matemática, Língua Estrangeira, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Educação Artística,

---

<sup>5</sup> Numa demonstração da força política de grupos conservadores da sociedade brasileira, também nos últimos anos se têm assistido ao recrudescimento do debate sobre a importância dessas disciplinas no currículo do Ensino Médio. As novas diretrizes para este nível, que ganham forma na Base Nacional Comum Curricular (2018), tendem a diluir Filosofia, Sociologia, História e Geografia em “Ciências Humanas” que, por sua vez, tornam-se optativas.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

Educação Física e Programas de Saúde) e, uma parte diversificada, que correspondia às habilitações profissionais (Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade e Técnico em Secretariado).

## **2 A REESTRUTURAÇÃO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO**

Na análise da conjuntura que gerou a transferência do COLUN para o bairro da Vila Palmeira, em 1980, nos deparamos com o documento de reestruturação elaborado por uma comissão técnica da universidade, bem como alguns convênios que, no seu conjunto, envolveram os seguintes órgãos institucionais: a Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional (USAID); o Ministério da Educação (MEC); a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O primeiro desses acordos foi celebrado entre o MEC e a USAID, resultando no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEM), que foi criado pelo Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972, sendo vinculado à secretaria geral do ministério da educação e cultura com o objetivo principal de aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil.

As ações desse programa foram materializadas nos “ginásios polivalentes” que deveriam funcionar como escolas-modelo na difusão de um currículo capaz de unir humanismo, ciência e tecnologia (PEDROSA; BITTENCOURT JÚNIOR, 2015). Sua implantação demandava investimentos internacionais, nacionais e locais (SANTOS, 2004), visto que o programa previa uma estrutura moderna e ampla com laboratórios e oficinas para dar suporte à formação projetada para os estudantes de 1º e 2º graus. No Maranhão, a implantação do programa resultou na construção de um complexo escolar na Vila Palmeira.

Apesar do convênio assinado entre a secretaria de educação estadual e o referido programa, não houve um uso permanente dos prédios que compunham o complexo, o que denota a falta de planejamento e de investimento na educação pública maranhense. Assim, a população de Vila Palmeira continuava desassistida em termos de escolarização, constituindo um contingente que correspondia ao público-alvo da proposta de reestruturação do COLUN, que projetava um Colégio com a função social de abarcar a população de baixa renda.

A sua reestruturação com a implantação de uma escola de 1º e 2º graus viabilizou-se por meio de um convênio assinado entre a Universidade Federal do Maranhão e a Secretaria



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

de Educação do Estado, a qual cedia à universidade os dois prédios que compunham o complexo escolar da Vila Palmeira; obra recém-construída e subutilizada devido à ineficiência das políticas educacionais como marca dos governos maranhenses<sup>6</sup>.

Em 1980, após uma peregrinação por locais como o Palácio Cristo Rei e o Campus da UFMA no Bacanga, o Colégio Universitário foi transferido para o Bairro da Vila Palmeira como culminância de uma reestruturação em curso. No texto da proposta há um reconhecimento de que a escola não vinha cumprindo com o papel que se espera de um Colégio de Aplicação, o qual “[...] não conseguiu alcançar integralmente seus objetivos por razões de ordem técnica e administrativa e a inadequação às diretrizes preconizadas pela legislação específica” (Projeto de Reestruturação do COLUN, 1980, p. 5).

Uma dessas “razões de ordem técnica e administrativa” consistia na ausência de uma política interna da universidade no sentido de valorizar o COLUN como Colégio que tinha sua singularidade; uma escola-laboratório focada na experimentação em diálogo constante com as licenciaturas, que pressupunha uma série de condições das quais não usufruía, sendo a mais básica delas, a existência de um prédio escolar com características adequadas para o desenvolvimento não só das práticas educativas “que atuam e influenciam a vida dos sujeitos, de modo amplo, difuso e imprevisível” (FRANCO, 2006, p. 536); como também das práticas pedagógicas “que se realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo [...] por um pensamento reflexivo sobre o que ocorre nas práticas educativas, bem como por um pensamento crítico do que pode ser a prática educativa” (FRANCO, 2016, p. 537-538) e que caracterizavam outros Colégios Universitários Brasil

<sup>6</sup> Segundo Castellanos, “A *instantaneidade cinematográfica* dos governos no Maranhão do I e II Reinado, e a não continuidade ou má administração no curral governamental (MEIRELES, 2001) sustentada pelas lutas do dualismo partidário entre conservadores e liberais trouxeram consigo o não cumprimento de reformas ao longo prazo, seja no cenário social, seja no educacional. *Presidentes de expedientes* que não podiam (pela dinamicidade na constante mudança administrativa das suas funções) planejar reformas que visassem o melhoramento do bem público e muito menos executá-las; se considerarmos que pela vaidade pessoal de alguns governantes, em vez de se complementarem algumas grandes obras já começadas, preferiam descartá-las, apagando assim a imagem pública de seus antecessores” (2007, p.82). Como exemplos desse marasmo de políticas sem aplicação, podemos citar também, a instituição das escolas normais destinadas à formação de professores que, segundo os próprios presidentes de província e/ou governantes do Estado, “não teve o efeito esperado”, principalmente porque era enorme o descompasso entre a preparação teórica recebida pelos formandos e a difícil realidade das escolas no interior do Maranhão (CASTELLANOS, 2007), e o funcionamento dos grupos escolares que, embora tenham sido criados com o objetivo de modernizar e expandir o ensino primário, na verdade foram marcados pela precariedade em termos de instalações físicas e de formação/valorização dos seus professores (SILVA, 2017).



**XII** ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

afora. Mas tudo isso exige que a escola disponha de um espaço exclusivo e de um tempo específico para impor a sua ordem (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001).

Apesar de estar funcionando como campo de estágio desde a década anterior, o Colégio passou por um processo de reestruturação que se julgava necessário porque o público até então atendido não se constituía em campo ideal, haja vista que a pequena dimensão do COLUN e sua restrição a um grupo muito reduzido de alunos, além de absorver poucos estudantes da graduação, impedia que esses professores em formação tivessem a oportunidade de desenvolver práticas docentes mais significativas. Levando em conta a carência de pessoal com diploma de nível superior, era muito comum que os professores da educação básica (1º e 2º graus) não fossem ainda licenciados; professores de escolas públicas e privadas que estavam com suas licenciaturas em andamento, razão pelo qual o projeto previa prerrogativas mais ampliadas, um COLUN que tivesse como “contribuição natural [o] aprimoramento e elevação da qualificação dos docentes de 1º e 2º graus do Maranhão.” (Projeto de Reestruturação do COLUN, 1980, p.6).

Sua presença na Vila Palmeira reveste-se de uma relevância histórica dadas as dimensões da escola situada na periferia da cidade; bairro que começava a se formar na esteira do crescimento demográfico de São Luís. A expansão da malha urbana ludovicense no contexto de industrialização e metropolização da ilha trouxe consigo inúmeros problemas sociais com a formação de áreas carentes, decorrentes de ocupações desordenadas, aumentando a segregação socioespacial. Eram as “invasões” marcadas pela violência e ausência do estado (SILVA, 1987); entretanto, na Vila Palmeira, com uma gigantesca obra pública, esta instituição vislumbrava-se como uma amenização desse quadro.

Portanto, os objetivos do projeto educativo que deu origem ao novo COLUN iam desde a função de escola-laboratório, com a intenção de difundir um novo modelo de ensino, até a tarefa civilizatória de preparar crianças e adolescentes dos meios populares para o exercício da cidadania dentro dos limites reais, adequando-os à ordem social mediante uma “educação que [direcionasse] a sociedade, promovendo seu desenvolvimento, sua ordem, evolução, organização e preparo social” (Projeto de reestruturação do COLUN, 1980). O regimento interno, elaborado em 1982, reforçava esses objetivos de “oferecer ensino de 1º e 2º graus à população de Vila Palmeira [...] servir de campo de estágio para os cursos da



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

UFMA, notadamente os de licenciatura, proporcionando a articulação dessa universidade com o ensino de 1º e 2º graus”, devendo também “constituir-se em local de desenvolvimento de tecnologias de ensino, pesquisas e experiências educacionais [...] integrar a comunidade do bairro em atividades diversas, com vistas a sua participação no processo educativo” e, ainda, “propiciar contínuo aperfeiçoamento aos docentes, técnicos e pessoal administrativo da escola, incentivando a participação em cursos, círculos de estudos, etc.” (REGIMENTO INTERNO DO COLUN, 1982).

### **3 CONCLUSÃO**

Como vimos, as pesquisas sobre escolas de aplicação em outros estados brasileiros dão conta de Colégios caracterizados pela elitização, que geralmente atendem alunos de bairros situados nas áreas mais estruturadas de cidades como Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre, Aracaju e São Paulo. Nestes Colégios, estudavam alunos pertencentes aos estratos superiores da sociedade que já tinham acesso a bens culturais que os diferenciavam dos estudantes de outras escolas públicas. Nesse aspecto, o Colégio Universitário de São Luís se torna uma exceção porque no período em foco estava localizado em um bairro popular e a ação exercida pelo seu corpo profissional e por estagiários dos cursos de licenciatura da UFMA estimulou a vários moradores do Bairro e de bairros próximos a disputarem pelo acesso e permanência na instituição, em busca das possibilidades que a escola oferecia do consumo desses bens culturais.

Acreditamos que a experiência do Colégio Universitário na Vila Palmeira, ao oportunizar trocas significativas entre o mundo acadêmico e a realidade da escola pública, proporcionou um modelo de estágio supervisionado capaz de ultrapassar a mera obrigação curricular. Nessa perspectiva, defendemos que por situar-se numa área da cidade com características socioespaciais e socioculturais representativas da média das comunidades urbanas brasileiras, esta escola de aplicação cumpriu nesse período, o papel de escola-laboratório de experimentação pedagógica contribuindo para a melhoria do ensino público, visto que se levarmos em conta a atuação profissional dos egressos das várias licenciaturas da UFMA, de alguma forma as reflexões e práticas processadas naquele espaço foram difundidas para outras escolas do sistema oficial de ensino.



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

Por fim, a nosso ver, uma ação preeminente que emana dos resultados alcançados com esta pesquisa em andamento, e que julgamos de um singular contributo para os estudos sobre o Colégio de Aplicação como modalidade escolar numa perspectiva histórica ainda pouco estudada, levando-se em conta o seu potencial no diálogo possível (mas ainda insuficiente!) com as universidades públicas, principalmente as federais, e com a educação básica; é precisamente, refletir sobre os obstáculos que dificultam a integração entre estes níveis de ensino no Brasil, desde a invenção dessa forma escolar no período imperial, que se vem sustentando até hoje na mudança inicial que se estabeleceu na relação pedagógica, a qual paulatinamente continua hierarquizada e polariza ainda mais as relações de poder entre educadores e educandos, e está projetada num campo de forças conturbado onde a burocratização dos técnicos que legislam sobre este colégio e dos especialistas que a ele se reportam estão longe da gramática escolar dessa modalidade de escola.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Clarete Borges. *Cultura escolar no Ginásio de Aplicação/Universidade Federal de Santa Catarina na década de 1960*. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de S.Paulo (1946-1957). *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.12, p.121-158, jul./dez., 2006.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *Práticas de Leitura no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações*. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.2, p. 177-229, 1990.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.97, n.247, p.534-551, set./dez, 2016.

GORDO, Nívia. *História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar*. 197f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v.1, n.1, p.09-43, jan./jun., 2001.

LIMA, Valeska Alessandra de. *Colégio de Aplicação da UFRGS: práticas educativas adormecidas entre o arquivo e a memória oral (1954-1981)*. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

LUCIANO JÚNIOR, Ademir Soares. *Cultura escolar e perfil discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973)*. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

MARTINS, Gláucia Moreira Monassa. *Prestígio escolar: uma corrida de obstáculos – um estudo sobre o Colégio de Aplicação da UFRJ*. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

NUNES, Clarice. *Escola e dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NUNES, Martha Suzana Cabral. *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe*. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2008.

PEDROSA, José Geraldo; BITENCOURT JÚNIOR, Nilton Ferreira. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil (1971-1974). *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v.24, n.1, p.11-30, jan./abr., 2015.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. *Do velho ao novo: política e educação no Maranhão*. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos Santos. *Gestão Democrática: representações e potencialidades na atuação do Conselho Diretor e na construção do Projeto Político Pedagógico – o caso do Colégio Universitário em São Luís (1989-1997)*. São Luís: EDUEMA, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

SILVA, Diana Rocha da. As casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912). 276f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2017.

SILVA, Maria do Socorro Moura da. *Escola e comunidade: estudo das relações*. São Luís: UFMA, 1987.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; BENITO, Agustín Escolano. *Currículo, espaço e subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, p.7-47, jun.,2001.